

AMBIENTALISMO E CONFLITO SOCIAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

ENVIRONMENTALISM AND SOCIAL CONFLICT IN THE BRAZILIAN AMAZON

Neide Esterci

Introdução

É [...] irrealista esperar que as populações pobres possam ter o mesmo nível de preocupação com o ambiente e com o futuro enquanto continuam a viver na miséria [...].[...] a conservação da biodiversidade passa por questões profundas de justiça social e de melhoramento da qualidade de vida das populações mais carentes do planeta. (José Márcio Ayres, paraense, biólogo e ambientalista)

O encontro entre ambientalistas (com seus conhecimentos científicos, suas preocupações planetárias e suas definições de interesses universais) – e populações locais (com seus interesses e identidades particulares, suas práticas e conhecimentos construídos), ao longo de anos de interação com o meio ambiente, tem marcado o cenário

político na Amazônia brasileira, desde o final dos anos 1980.

Nesse processo, ampliou-se a visão de uns e outros, abrindo espaço entre segmentos sociais locais para novas concepções acerca da relação com a natureza, baseadas na pesquisa e na racionalidade ocidental (Brown, 2002). Ao mesmo tempo, entre os ambientalistas fortaleceram-se algumas posições menos arrogantes: com relação à legitimidade, ao poder de intervenção da ciência e à valorização dos conhecimentos locais que, além de mais reconhecidos do ponto de vista da sua racionalidade específica (Carneiro; Almeida, 2000, 2002), têm sido mais frequentemente defendidos como fonte de direitos coletivos postos mais sistematicamente sob proteção legal (Santilli, 2005).

Os critérios do paradigma ecológico se difundiram, e a orientação chamada socioambiental ganhou força nesse contexto, em oposição à corrente mais conservacionista

que, em termos da legislação e da atuação do Estado, por exemplo, tende a privilegiar projetos de proteção integral (Crespo, 2002; Ferreira, 2004; Santilli, 2005).

No entanto, a implantação de projetos visando conciliar objetivos de conservação e presença de populações humanas em áreas especialmente protegidas, implica a interação de atores cujas origens, os interesses e as noções acerca dos riscos ambientais, da necessidade e das formas de proteger a natureza podem ser muito diferentes (De Robert, 2000; Almeida e Dias, 2004; Gilligham, 1999).

Este texto se refere a uma situação de conflito aberto, observada numa rica área de pesca da Amazônia. Disputada por diversos segmentos sociais regionais, a área foi também objeto de intervenção de equipes da Igreja Católica, e posteriormente de pesquisadores e organismos governamentais, visando deter o processo de deterioração dos recursos e proteger o ecossistema da várzea (área de floresta inundada), muito produtivo e ainda pouco conhecido.

Ameaçados em suas condições de existência, por diversas formas de pressão sobre seus territórios e recursos, alguns segmentos das populações locais, embora temerosos e reticentes, acabam aderindo ao pacto ambiental e qualificando-se como população tradicional. De origem alienígena, a categoria recobre uma diversidade de atores, e no Brasil tem sido questionada, qualificada e reinterpretada a partir de diversas abordagens conceituais (Diegues, 1993; Lima; Pozzobon, 2001; Little, 2002; Barreto Filho, 2005; Esterci, 2004).

Os seringueiros são o exemplo mais conhecido e emblemático dessa incorporação de critérios ecológicos a uma identidade coletiva, mas os ribeirinhos também passaram por esse processo, assim como as

quebradeiras de coco, e têm sido referidos como população tradicional. É entre esses segmentos que os ambientalistas encontram muitos de seus aliados, mas, mesmo entre eles, há aqueles que se recusam a entrar no pacto ambiental porque sentem o seu modo de vida ameaçado pelas novas regras.

Deflagram-se, então, processos conflituosos que comportam disputas e negociações em torno de regras e definições de direitos de acesso a territórios e recursos. Muitas vezes, os conflitos já vinham acontecendo há algum tempo, como é o caso que aqui se pretende analisar. Entretanto, no novo contexto, a argumentação entre as partes passa a ter como parâmetros, valores e normas que redefinem espaços e direitos, e discriminam práticas a partir de critérios ecológicos. Configura-se, assim, o efeito do processo a que Leite Lopes (2004) se refere como ambientalização dos conflitos sociais.

Os diversos segmentos da população local reagem cada um a seu modo e segundo seus interesses, e mesmo entre segmentos de trabalhadores e pequenos produtores podem ser observadas posições diferenciadas: uma parte, percebendo vantagens na nova situação, se alia e/ou negocia com os portadores da proposta ambiental; outra parte, percebendo as perdas e desvantagens que as novas regras implicam, se recusa a entrar no pacto proposto pelos ambientalistas. As formas de organização e a eficácia da representação de que dispõem esses segmentos podem ser muito importantes nesse processo, mas sua maior ou menor dependência com relação aos agentes do mercado tem um peso ainda maior.

Ocorre de identificarem seus interesses aos dos patrões, e as contradições que passam a mobilizá-los não são as de classe, mas as que os opõem – e também os seus patrões – aos novos poderes constituídos a

partir da institucionalização das propostas ambientais. Para os segmentos dominantes, como os patrões locais, a própria presença dos novos atores e forças políticas representa uma ameaça não somente às atividades econômicas que praticam, mas também às bases do poder que exercem. A tolerância face ao descumprimento das restrições é testada, e aqueles que a recusam apelam para a tradição, os direitos e práticas costumeiras que anteriormente lhes facultavam acesso quase irrestrito a territórios e recursos naturais.

A resistência dos segmentos dominados pode se fazer através de ações mais ou menos difusas e pouco planejadas, tais como a dissimulação, a intriga e o boicote, que se passam nos bastidores e são as mais frequentemente usadas por aqueles que se sabem mais vulneráveis a represálias. Observadas por Scott (1985), entre pequenos produtores da Malásia que se apunham às políticas governamentais para a agricultura, essas práticas puderam ser observadas também entre pequenos produtores no caso aqui analisado (Reis, 2005).

O foco da análise aqui proposta, no entanto, é sobre um tipo de manifestação menos frequente entre segmentos das classes dominadas. Nesse caso, os atores deixaram os bastidores e se apresentaram na cena pública de forma ostensiva, desobedecendo às regras e desafiando as autoridades. São ações do tipo que Scott (1985) classificou como formas de rebelião. Reconstroem-se os processos que levaram à situação, explora-se a eficácia simbólica dessas ações e indaga-se sobre as possibilidades que se abrem no processo de ambientalização em curso.

1. Os atores em disputa

Referidas pelos ambientalistas e seus aliados como as invasões ou as grandes invasões, as ações aqui focalizadas causaram grande comoção entre os portadores da proposta ambientalista, repercutindo entre diversos outros atores sociais locais e da capital do estado.

Posicionaram-se, de um lado, os pescadores da cidade que se aliaram e foram apoiados ou incentivados por seus patrões – empresários e comerciantes da pesca, mas também políticos, detentores do poder local. Procedentes, em épocas mais ou menos recentes, das localidades do interior, onde possuem ainda conhecidos e parentes, esses pescadores estão frequentemente sujeitos pela dívida aos fornecedores de gelo e crédito. Tendo perdido a possibilidade de praticar o extrativismo ou a agricultura na cidade, ou se dedicam exclusivamente à pesca, ou a conjugam com alguma atividade temporária em empregos precários. Embora afastados de suas antigas localidades, continuavam, como acontece em quase toda a bacia dos rios piscosos da Amazônia, a pleitear direito de acesso a seus antigos territórios de pesca.

Do lado contrário, estavam os moradores das localidades do interior ou do entorno da área protegida. Chamados ribeirinhos ou comunitários, tinham conseguido exclusividade de uso das áreas de pesca próximas às suas comunidades, sobre as quais exerciam controle por meio do trabalho de vigilância, praticado primeiro como parte da iniciativa dos próprios moradores e, a partir dos anos 1990, como agentes ambientais voluntários (AAV), fiscais treinados e respaldados, embora não remunerados, pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e,

eventualmente, pela Polícia. Tinham como aliadas as equipes locais da Igreja Católica, pertencentes à Prelazia de Tefé e à Comissão Pastoral da Terra (CPT-AM) que, imbuídas de um ambientalismo mais voltado para as populações humanas, apostavam em alguma medida na eficácia dos conhecimentos e das práticas das populações locais relativas à conservação do meio ambiente.

Do mesmo lado, estavam os pesquisadores e técnicos do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) – que partilham com a agência governamental federal (o Ibama) e com o Instituto de Proteção Ambiental da Amazônia (Ipaam), a responsabilidade de gestão da Reserva – vinculados ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Muitos desses pesquisadores vêm realizando estudos na área, desde os anos 1980, e alguns deles foram os idealizadores da nova categoria legal de área protegida, que permitiu assegurar a permanência da população residente, ao mesmo tempo em que se desenvolve o projeto de conservação da biodiversidade. O novo modelo foi adotado pelo estado do Amazonas, em 1996, sendo a Reserva Mamirauá a primeira desse modelo a ser criada. Em 2000, essa categoria foi incorporada à legislação federal através da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – o SNUC. O diferencial da proposta é a exploração dos recursos naturais, por parte dos moradores no território da Reserva e no seu entorno, de forma manejada, orientada pela racionalidade científica e apoiada pelas pesquisas.

O acesso dos pescadores da cidade às áreas de pesca tem que ser regulado através de acordos, os quais, ao longo de anos, vêm sendo tentado, todavia com dificuldades de ambas as partes.

A Igreja de Tefé apoiou o projeto dos pesquisadores e incentivou, no mesmo sentido, os moradores das comunidades que, apesar de também resistirem, acabaram por aderir, em larga medida, à proposta dos ambientalistas (Reis, 2005).

O episódio das invasões será aqui tomado como uma situação social, no sentido proposto por Gluckman (1987): a partir dela, se tentará compreender as relações entre os diversos atores e reconstruir os processos que as produziram. Como todo antropólogo tem sempre um conjunto de situações que ele observa no curso da pesquisa, a análise se desenvolverá através da incorporação de elementos extraídos de outras situações. O episódio das invasões será a situação principal apresentada com mais detalhes, mas estará sendo relacionada a outras situações observadas (o encontro de líderes comunitários, a concentração de pescadores na sede da Colônia, a reunião convocada pela Câmara de Vereadores) e processos passados também por disputas e contradições (a invenção das comunidades como projeto da Igreja Católica, a organização dos ribeirinhos visando à defesa de suas áreas de pesca, a criação de uma unidade de conservação). Assim se buscará compreender a natureza do conflito, o sentido das ações protagonizadas pelos pescadores da cidade e os argumentos dos diversos atores. A partir daí e das falas dos envolvidos se poderá, ao mesmo tempo, discutir o peso relativo das razões de ordem política e econômica que levaram os pescadores e seus aliados a desencadear essas ações, e se tentará compreender o poder simbólico dessa manifestação.

2. No encontro de líderes: o medo

Em fevereiro do ano 2000, realizava-se, em Tefé, um encontro de líderes das comunidades da Reserva, promovido pelo núcleo de política da equipe do Instituto. Participavam moradores de várias comunidades que haviam demonstrado ter atributos valorizados pela equipe de pesquisadores e técnicos do Instituto como condições de liderança.

Estimulados pela assessora do encontro a expor as dificuldades encontradas no exercício da liderança, os participantes falaram sobre o sentimento de medo – medo de fracassar como representantes de suas comunidades, medo de perder as vantagens econômicas e sociais que o Projeto Mamirauá lhes proporcionava, medo do alcoolismo que acometia alguns moradores, medo da violência contra as mulheres. Mas sobretudo naquele momento, os participantes do encontro (homens e mulheres) falaram sobre o medo suscitado pelo episódio das invasões. Falavam dos pescadores que delas haviam participado, de suas atitudes agressivas, e manifestavam o medo de que os confrontos entre invasores e moradores das comunidades pudessem resultar em acirramento da violência física e em incidentes fatais. Referiam-se ao caso de um ribeirão ferido com uma faca por um pescador que teimava em jogar sua rede no lago guardado pela comunidade.

Na condição de convidada, participei do encontro e, de certa forma, estranhei que os participantes se referissem aos pescadores não apenas como “invasores”, mas também como “infratores”, “delinquentes”, “marginais” e, mesmo, “traficantes”. Eram “o povo do Abial”.

3. Na Colônia de pescadores: as queixas contra as regras ambientais

O Abial é um bairro pobre da cidade de Tefé, onde se concentram famílias de pescadores. Segundo a diretoria da Colônia dos Pescadores – Z4, em janeiro de 2000 estavam associados à entidade 526 pescadores dos quais, no entanto, 200 eram inadimplentes; outros 700 existiriam, e por não serem filiados à entidade de representação, não tinham a licença do Ibama, necessária para exercer legalmente a atividade: eram classificados como clandestinos.

Enquanto se realizava o encontro de líderes das comunidades, anteriormente referido, havia na Colônia de Pescadores – Z4, no bairro do Abial, uma grande circulação de trabalhadores. Os diretores preparavam-se para receber o representante do Ministério que viria cadastrar os associados para receberem o seguro desemprego: uma quantia equivalente a três salários mínimos, correspondentes aos meses de vigência da chamada lei do defeso, que proíbe a pesca de algumas espécies de valor comercial tidas como ameaçadas de extinção. O seguro era ainda uma novidade no estado do Amazonas, e provavelmente estava naquele momento sendo estendido aos pescadores da Região como um instrumento a mais visando diminuir a resistência à implantação das regras de proteção ambiental. Este era o tema principal das conversas na sede da Colônia onde, ao contrário do que acontecia no encontro de líderes comunitários, ninguém falava de invasões. Mesmo se perguntados, os pescadores negavam a ocorrência de ações organizadas, planejadas e articuladas de invasão. Falavam sim da fábrica de gelo da Colônia que não funcionava e os deixava dependentes do dono de frigorífico, político e único fornecedor

do gelo necessário às viagens de pesca. Falavam também da repressão, da apreensão de materiais de pesca e embarcações, e de prisões – todas essas medidas consideradas injustificadas, pois, segundo alegavam, os que pescavam o faziam por necessidade de atender suas famílias, já que a pesca era a única fonte de renda disponível na cidade.

Muitos condenavam veementemente as equipes da Prelazia de Tefé, especialmente um religioso de origem holandesa, conhecido como irmão Falco, à época, já falecido. Tendo sido o principal aliado das comunidades de Santa Helena que protegiam o lago Ice, Irmão Falco era acusado de inventar as comunidades, de incentivar os moradores a guardarem, somente para si, os lagos próximos aos seus locais de moradia e de lhes ter conferido o direito de impedir os pescadores da cidade de explorarem essas áreas, nas quais costumavam pescar livremente.

Ao criticarem o projeto de conservação, os pescadores investiam também contra as leis e as sanções impostas aos infratores pelos órgãos governamentais. Nesse contexto, apelavam para preceitos humanistas e religiosos. Como questionava um velho pescador, muito revoltado: “(...) uma pena de cinco anos para quem matar um peixe-boi?! Estão valorizando mais o peixe-boi que o cristão”.

4. Igreja Católica: os sentidos da intervenção

Os estoques pesqueiros da Região havia muito eram alvos da exploração predatória dos comerciantes e empresários da pesca, que respondiam à crescente demanda dos mercados urbanos regionais. O governo federal havia lançado uma política de incentivos fiscais para o setor, visando à sua modernização e tornando as embarcações

mais adequadas ao transporte do pescado através de grandes distâncias, e propiciando ao setor instrumentos de pesca ainda mais produtivos (Furtado, 1993; McGrath, 1993; Campos, 1993; Maybury-Lewis, 1997). Beneficiaram-se, sobretudo, os grandes comerciantes e empresários, de modo que a diferença entre a capacidade produtiva dos pescadores que os serviam e a dos pequenos moradores, que nas comunidades exerciam a atividade de pesca por sua conta, tornou-se ainda maior, provocando conflitos nas margens dos rios e lagos mais piscosos de toda a Região.

O esforço produtivo era tal que, no início dos anos 1980, os recursos pesqueiros já davam sinais de esgotamento e cresciam as denúncias de estrago. O termo era empregado para designar o ato dos pescadores, cuja carga se destinava aos grandes mercados, de jogarem fora os peixes já pescados para, diante da descoberta de um cardume mais valioso de peixes mais nobres, substituírem com vantagem a carga de suas embarcações (Spínola, 1997).

Os moradores das comunidades ribeirinhas começaram, assim, a tomar as primeiras iniciativas no sentido de proteger os estoques das águas próximas aos seus locais de moradia. Sua organização, no estilo que ainda hoje prevalece, já vinha se construindo desde os anos 1970, em função da intervenção da Igreja Católica que visava ao projeto mais amplo de fortalecer sua presença entre os pobres. As populações ribeirinhas eram orientadas no sentido de deixarem as moradias isoladas e se agruparem, se unirem e atuarem como um coletivo. A princípio, a organização deveria servir a fins eclesiais, mas sob influência da Teologia da Libertação fortaleceu-se a orientação de que ela seria um instrumento de defesa dos direitos dos membros da co-

munidade. De modo que, quando se anunciou a ameaça de escassez do pescado, a organização comunitária lastreada por fortes e extensos laços de parentesco (Lima, 1996; Gillingham, 1999) foi acionada para fins de defesa de suas áreas de pesca (Esterci, 2002). Cada comunidade se reunia para discutir seus problemas, mas devia estar também ligada a outras através das reuniões de setor – conjunto de comunidades próximas, cujos representantes, por sua vez, se encontrariam para discutir seus problemas e tomar decisões nas assembleias anuais.

Diante da ameaça de escassez do peixe, os líderes das comunidades tentavam fazer com que os próprios comunitários seguissem novas regras de uso desses recursos, e ao mesmo tempo se organizavam para impedir a entrada, nessas áreas, de pescadores e embarcações procedentes das cidades – fossem de Tefé ou outras cidades próximas, fossem de centros regionais maiores como Manaus e Itacoatiara.

A falta de peixes nos lagos próximos às comunidades ameaçava toda a estrutura da economia dos pequenos produtores ribeirinhos. Crianças e mulheres, e não somente os homens adultos, são capazes de pescar nessas áreas para suprir as necessidades do consumo doméstico. Tendo que dispor de homens adultos para alcançar áreas de pesca mais distantes, desorganizava-se o trabalho familiar, repercutindo sobre outras atividades produtivas como a agricultura, por exemplo. Vislumbrava-se, assim, a possibilidade de uma situação de fome nas comunidades. De algum modo, porém, as equipes religiosas desde o início, e de diversas formas, apoiaram as iniciativas dos ribeirinhos.

A Prelazia de Tefé foi pioneira nesse trabalho a que se dedicou especialmente o referido Irmão Falco. Percorrendo as comuni-

dades para cuidar dos assuntos religiosos e prestar serviços de saúde aos moradores, ele logo percebeu os efeitos da super exploração da pesca e passou a apoiar as iniciativas dos ribeirinhos, ligando-se especialmente às comunidades de Santa Helena que se abasteciam no Lago Icé. Trabalhou com elas na classificação dos lagos como livres, de manutenção e de procriação. Nestes últimos, também chamados intocáveis ou sagrados, ninguém podia pescar. Insistentemente, o religioso incentivava a prática da agricultura, como fonte alternativa de alimento.

A Igreja de Tefé foi, portanto, o centro irradiador desse trabalho no estado do Amazonas. No nível regional, sob a coordenação da CPT, a Igreja começou então a organizar encontros anuais para discutir os problemas da pesca. No princípio, as equipes da Igreja, dentro do espírito da Teologia da Libertação, tentaram juntar os pescadores da cidade e os ribeirinhos – os pobres e oprimidos – num movimento único de resistência frente aos patrões. Mas era difícil compatibilizar os interesses desses dois segmentos, de forma que, no encontro anual realizado por volta de 1990, o conflito entre os dois segmentos foi de tal ordem que as equipes religiosas desistiram e passaram a trabalhar somente com os ribeirinhos, abandonando o trabalho com os pescadores.

Fortaleciam-se, assim, os ribeirinhos, com sua organização de base comunitária. Nas reuniões anuais que até hoje acontecem na sede da CPT, em Manaus, havia sempre assessores e convidados de outras regiões, de modo que questões de ordem política mais geral entravam na pauta das discussões fazendo com que a formação dos participantes transcendesse os problemas de ordem local. Os pescadores residentes nas cidades, por sua vez, ficaram restritos ao espaço da Colônia de Pescadores.

5. Nas comunidades: a multiplicação dos peixes

Em 1990, o governo do estado do Amazonas criou na região a Estação Ecológica Mamirauá. O decreto atendia em parte a demanda de cientistas que desenvolviam estudos na área e solicitaram a proteção de uma área de 260.000 hectares do ecossistema da várzea. Entretanto, aproximava-se a Eco-92 no Rio de Janeiro, e as ambições e expectativas de ganhos políticos e econômicos dos políticos não cabiam dentro da dimensão pleiteada pelos cientistas, portanto o decreto de criação atribuía à nova unidade de conservação a dimensão de 1.224.000 hectares para as áreas habitadas. O estatuto da Estação Ecológica, porém, não admitia a presença humana nem intervenções na natureza que não se destinassem aos objetivos científicos. Os pesquisadores elaboraram assim a proposta de uma outra figura legal – a de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) –, e em 1996 a área foi reequadrada nessa nova categoria legal que previa a presença de moradores e o uso dos recursos naturais, condicionados ao manejo orientado por critérios ecológicos baseados em pesquisa.

Ao esforço de preservação dos moradores das comunidades, apoiados pela Igreja Católica, vieram somar-se as medidas legais decorrentes da implantação dessa unidade de conservação. Às portarias das prefeituras que, no passado, eventualmente atendiam aos reclamos dos moradores, protegendo suas áreas de pesca, somaram-se medidas de órgãos ambientais estaduais e federais, ampliando o processo de institucionalização da questão ambiental na área.

Ao mesmo tempo, foi sendo introduzida a figura do agente ambiental voluntário – A.A.V. Recrutados entre os moradores das

comunidades, são também chamados fiscais. Eles recebem objetos distintivos tais como uma carteirinha, uma lanterna, uma roupa e um guarda-chuva, que são usados e entendidos como uma espécie de uniforme e que lhes confere alguma autoridade, mas não podem portar armas nem têm direito de prender os infratores, pois a função de repressão cabe ao Ibama.

O lago Icé era o mais próximo de Tefé e, portanto, o de mais fácil acesso para os pescadores residentes na cidade. Desde o início dos anos 1980, como foi anteriormente dito, as comunidades desenvolviam um esforço de preservação visando à recuperação do estoque de peixes que estava ameaçado. Pioneiramente, organizaram-se essas comunidades em torno do líder João Cavalcante e prepararam-se para a vigilância, com o objetivo de impedir a entrada de pescadores “de fora”.

Por seu estilo de vida e sua dedicação ao trabalho comunitário e de preservação, João Cavalcante era e continua sendo para as equipes da Prelazia de Tefé, modelo de vida, segundo os valores da Igreja.

O fato é que, com o apoio da Igreja as comunidades do Icé se organizaram e fecharam o acesso ao lago. Embora continuasse a haver invasões, os encarregados da fiscalização haviam desenvolvido uma técnica de abordagem, através da qual conseguiam, frequentemente, convencer os pescadores de fora a respeitarem a proibição. Com as invasões, este pacto foi rompido.

“A gente falava com as pessoas e elas já vinham [...] com ameaças de até matar, e foi começando uma briga entre nós e os pescadores porque eles não queriam mais entender que aquilo era uma área preservada ... Eles queriam mesmo era ir lá pescar e tirar o que tinha” (AAV, morador do Icé, filho de João Cavalcante).

Os comunitários apontam várias outras características diferenciadoras das invasões a que estamos nos referindo, e acreditam ainda que tiveram a influência de políticos e empresários da pesca:

“Eu acho que tem alguém influenciando nesse caso, não é? (...) Empresário da pesca, algum político, alguns vereadores daqui de Tefé também deram muita coisa para os pescadores. Inclusive eu vim numa reunião aqui na câmara de Tefé e, nessa reunião, eu senti que todos os vereadores apoiavam os pescadores, não é?” (AAV, morador do Icé, filho de João Cavalcante)

A reunião na Câmara dos Vereadores, a que se refere o filho de João Cavalcante, se deu no período das invasões, quando as equipes do Projeto Mamirauá, da Igreja e do Ibama foram chamadas pela primeira vez a explicar seu trabalho.

6. O Ibama e o IDSM: tentando conter os invasores

O confronto direto se deu entre os pescadores da cidade de Tefé e os comunitários ou ribeirinhos, mas o episódio envolveu vários outros atores sociais da cidade e repercutiu também na imprensa, nos órgãos de estado e entre os setores ligados à pesca, em Manaus.

No escritório local do Ibama, por exemplo, o corpo de funcionários era bastante diferenciado, de modo que entre eles, na época das invasões, o mais empenhado em combater as infrações às leis da pesca era o então chefe do escritório, ex-membro da equipe do Projeto Mamirauá. Visto pelos opositores do projeto de conservação como alguém comprometido com os pesquisadores, dentro do órgão público, ele se pronunciou veementemente contra as invasões, pois, desde que assumiu o cargo, vinha,

segundo ele mesmo, fazendo um enorme esforço de fiscalização.

A dimensão, o caráter ostensivo e a motivação política das invasões aparecem na declaração José Márcio Ayres, o mais reconhecido dos idealizadores da Reserva e diretor do IDSM:

“Eles nos deixavam saber, e iam. Tinham motores novos, voadeiras novas e faziam a festa lá dentro. Nós, junto com os órgãos competentes, impedíamos da maneira que podíamos, mas nosso contingente era pequeno, diante do deles” (*Jornal A crítica*, Manaus, jan. 2000).

Na mesma direção, o funcionário da superintendência do Ibama em Manaus ressaltava ainda o caráter sistemático das invasões como uma outra de suas particularidades.

Há infrações todo o ano, mas em pequena quantidade, o que pode ser considerado normal. Só não dá para acharmos normal o que está acontecendo nesta época e que aconteceu também o ano passado. Muita gente entrando e as infrações se tornando sistemáticas (*Jornal A Crítica*, Manaus, jan. 2000).

Reafirmava-se, a cada depoimento, a sugestão de que as invasões: tinham motivações políticas e eram apoiadas e mesmo incentivadas por representantes do poder local. Também indicavam como evidência, o fato de os invasores serem presos e logo terem a fiança paga; de terem seus instrumentos de pesca apreendidos e, a cada vez, os terem, repostos; e de, ao final, terem sido defendidos por um político, reconhecido como um bom advogado da cidade. Segundo o chefe do escritório local do Ibama:

O pessoal mandava aviso e ia. O negócio foi crescendo, [...] tinha 20 canoas invadindo, na invasão seguinte crescia para 30, 40, 50. Nós apreendíamos todo o material, a polícia

encaminhava essas pessoas para a delegacia, elas eram multadas e, na outra semana elas estavam lá de novo. [...] Nós sabemos que são pessoas humildes, [...], e como é que conseguiram recursos para novas malhadeiras, novas canoas, novos motores?

Os defensores do projeto ambiental contestavam, assim, a tese de que as invasões tinham motivação apenas econômica e respondiam a necessidades de sobrevivência dos pescadores, embora o próprio diretor do Instituto lamentasse o fato de serem apreendidos os instrumentos pesca dos invasores, pois sabia que eram pessoas pobres a serviço dos grandes empresários da pesca.

7. O poder local se articula e se pronuncia

Enquanto tudo isso se passava na capital, ocorria em Tefé a reunião convocada pelos vereadores a que se referiu o líder comunitário, anteriormente citado. Presente à reunião, o chefe do escritório local do Ibama conta que os oradores se sucediam na tribuna da Câmara, acusando os convocados de estarem prejudicando os pobres (sic), pessoas que tinham família para sustentar, e que:

“Aí, as pessoas aplaudiam e nas nossas colocações vaiavam à vontade e interrompiam para fazer perguntas. Gente que nem participou das invasões, estava lá, vaiando. Foi uma festa, um circo armado”.

Depois de ouvir esses depoimentos, procurei dois importantes políticos locais acusados de apoiar os pescadores e incentivar suas ações. Queria saber suas opiniões e a partir de onde falavam. Suas biografias eram diferentes, embora ambos fossem herdeiros de famílias cujo poder estivera associado à exploração de recursos naturais e à relação clientelística com os pequenos produtores do interior. Não há como apro-

fundar aqui a análise dessas biografias, mas elas merecem alguma atenção, pois ajudam a entender seus argumentos. Um dos políticos traçou de si uma trajetória político-partidária à esquerda. Com todas as contradições que seu discurso possa sugerir, seus argumentos a favor dos pescadores e contra a criação da Reserva e seus idealizadores, buscam a coerência com o passado ao qual sua narrativa biográfica remete:

[...] Tem uma versão aí, [...] que essa invasão estaria sendo orquestrada pelo (Fulano) [...]. Isso é uma versão que me passaram. A versão que eu tenho deles, quando eles estavam presos, é que eles [...] precisam sustentar suas famílias, que eles não têm onde buscar mais alimento, porque o Mamirauá tomou conta de tudo. Pra você sair da área do Mamirauá você vai ter que andar um dia de barco, e as pessoas não têm condições. (Sr. Fernando)

Por um lado, ressaltava o argumento da necessidade econômica dos pescadores, da precariedade e da natureza pouco agressiva dos instrumentos que utilizavam; por outro lado, fazendo eco a tantos outros críticos dos diversos projetos ambientais para a Amazônia, questionava a origem dos recursos utilizados pelos pesquisadores no projeto de conservação, alegando preocupações com questões de soberania e questionando-lhes o direito de gerir o território da Reserva.

O segundo político tinha uma trajetória mais local-regional. Filho de comerciante do interior do estado do Amazonas, teve a oportunidade de estudar na capital. De certo modo, sua fala confirma a suspeita de que havia outras razões além da necessidade de sobrevivência dos pescadores a motivar as invasões:

“Você sabe que existem muitas revoltas de pescadores. Andaram até mandando in-

vadir. Mas, eu digo: ‘porque vocês não se reúnem na associação [...]. Procurem o Projeto Mamirauá, discutam[...]. Não adianta ficar brigando, dizendo que vão invadir [...]. Porque tem lei para essas coisas, não é’?” (Sr. Geraldo, Tefé, 1999)

8. Natureza do conflito

Pode-se dizer que as ações protagonizadas pelos pescadores no período da estiagem dos anos 1998-1999 e 1999-2000, no Médio Solimões, foram manifestações de rebeldia face às restrições de acesso aos recursos e territórios de pesca. A forma que assumiu essas manifestações permite pensá-la como rebelião, distinta das formas cotidianas de resistência (Scott, 1985). Estas foram mais frequentemente utilizadas pelos moradores das comunidades do interior da Reserva, mas os invasores não pareciam pretender mudar o mundo – eles reagiam à perda das pequenas vantagens que desfrutavam anteriormente quando, embora explorados pelos patrões, e competindo com os moradores das comunidades, tinham acesso muito mais fácil às áreas de pesca.

Sendo um dos segmentos menos poderosos na estrutura social, desprovidos de apoios fortes e de um organismo de representação eficaz (Esterci, 2000), por que os pescadores se dispuseram a uma ação de tamanha ousadia?

Parece inegável que era reduzida a oferta de postos de trabalho na cidade: naqueles anos, a Petrobrás tinha fechado um campo de prospecção de petróleo na região que proporcionava um certo número de empregos; já haviam sido fechadas duas das três fábricas de móveis existentes na cidade,

devido às proibições legais e à redução do estoque de madeiras apropriadas; e a Prefeitura, também diminuía drasticamente a oferta de empregos, em virtude provavelmente, da lei de responsabilidade fiscal.

Ao mesmo tempo, pela criação de áreas protegidas tais como as RDS Mamirauá, e também a RDS Amanã, reduziam-se significativamente os territórios aos quais podiam ter acesso e criavam-se restrições à exploração de um número maior de espécies, tidas como ameaçadas de extinção e objeto de proteção legal. Em suas falas, os pescadores da cidade expressavam a sensação de revolta com relação aos ambientalistas e à Igreja Católica, e de abandono por parte das autoridades.

Aliaram-se assim a seus patrões e, administrando as relações clientelistas a que estavam habituados, sentiram-se fortes para desafiar ao mesmo tempo os comunitários, seus concorrentes, os agentes governamentais da fiscalização, a Igreja e os ambientalistas.

Talvez tenham sido levados a fazer esta aliança por falta de uma alternativa política, já que, desprovidos de uma entidade de representação reconhecida e eficiente, não haviam conseguido vislumbrar – na aliança com os ambientalistas, e anteriormente com as equipes da Igreja Católica – vantagens suficientes para romper esse outro pacto: o das relações clientelistas, ao qual têm estado subordinados por gerações¹.

Naquele momento, era evidente sua posição de desvantagem com relação aos moradores das comunidades que, embora tendo que se submeter em alguma medida às restrições, tinham agora fortalecida a capacidade de controle sobre as áreas de pesca, às quais os grandes barcos pesquei-

¹ Sobre as Colônias de Pescadores na Amazônia, ver Campos, 1993; e sobre a de Tefé, ver Esterci, 2002

ros não tinham mais acesso fácil. Os lagos estavam cheios de peixes e eram cobiçados pelo mercado e pelos patrões.

Considerações finais

Tanto pela importância atribuída aos conflitos e processos na análise da vida social, quanto pelo entendimento de como as situações vividas ou observadas no curso da pesquisa podem constituir instrumentos valiosos para compreensão das relações entre os atores e suas posições na sociedade estudada, a análise aqui proposta se inspira na antropologia dos sistemas coloniais de Gluckman (1987).

Compreende-se, assim, que os aliados dos ambientalistas destaquem o viés político das motivações dos pescadores e o incentivo e apoio dispensado aos invasores pelos políticos e empresários da cidade; enquanto os atores contrários destacam a motivação econômica, o fato de eles serem pobres, de estarem enfrentando dificuldades para sustentar suas famílias.

Certamente, as duas razões tiveram seu peso. Ninguém ousaria negar as dificuldades materiais dos pescadores, que ocupam a posição mais desfavorável na cadeia de exploração da pesca. Mas, embora negada, a motivação política também esteve presente, e teve alguma eficácia.

É através da dimensão simbólica, tantas vezes desprezada, e no entanto dotada de tanta eficácia política, que o sentido político das ações protagonizadas pelos pescadores da cidade, pode ser mais claramente percebido.

De fato, cabe pensar os lagos que foram alvos do ataque dos pescadores, e indagar o que eles podem representar para os pescadores da cidade, para os ribeirinhos, para a igreja e para os pesquisadores. São repre-

sentações que se descobrem considerando os processos que vinham ocorrendo, desde os anos 1970, e que se aprofundaram em vista da implantação da Reserva, em 1990, e a plena institucionalização do ambientalismo.

O lago Icé era guardado pelas comunidades de Santa Helena, cujo líder, conforme já dito, não somente é reconhecido como pioneiro da luta pela preservação dos lagos, apoiada desde o início pela Igreja Católica, mas é também referido como exemplo de vida vivida segundo os preceitos religiosos. Em 2001, ele foi o grande homenageado do Encontro dos Ribeirinhos, que há mais de duas décadas se realiza anualmente, em Manaus, com apoio da CPT e a presença de representantes de populações ribeirinhas vindos de dezenas de municípios.

Ao atacarem o Icé e agredirem os líderes das comunidades Santa Helena, os pescadores da cidade não apenas investiam sobre um bem material – o estoque de peixes acumulado ao longo de anos –, eles manifestavam também o ressentimento e a crítica à Igreja pela aliança com os ribeirinhos.

Da mesma forma, o “ataque” ao lago Mamirauá foi uma ação de forte poder simbólico, pois para além do que os ribeirinhos chamaram de “roubo” dos peixes, ela visava à crítica do valor atribuído à pesquisa e à ciência. De fato, enquanto o lago Icé e as comunidades Santa Helena estão localizados fora do território da Reserva, o lago Mamirauá fica no coração da área protegida. É uma área de várzea, coberta por centenas de lagos, mas está subdividida em partes que podem ser objeto de uso por parte dos moradores e, eventualmente, através de acordos, até por pescadores de fora. O lago Mamirauá, no entanto, está situado numa zona de preservação total (Queiroz, 2005). Nela, esperam os cientistas que os processos evolutivos das espécies que habitam o ecos-

sistema da várzea possam acontecer livres de perturbações causadas pelo homem. É pois, segundo o estatuto da Reserva, destinada exclusivamente à conservação da biodiversidade e às atividades dos cientistas. Foi ao deparar-se pela primeira vez com a paisagem do lago Mamirauá, que o mais reconhecido dos idealizadores da Reserva se encantou com a profusão de espécies existentes e com o estado de conservação da área (Ayres, 1993). De modo que, além de estar no nome da Reserva, o lago Mamirauá está também no mito de origem do projeto dos cientistas.

Mas, se as manifestações de conflito (Simmel, 1983; Gluckman, 1987) são um sinal de vitalidade da sociedade, a história não termina aqui e é preciso ver em perspectiva o que se passa neste processo de ambientalização dos conflitos sociais nesta e noutras áreas da Região Amazônica. De fato, desde a época em que foram feitas as observações sobre as quais repousa esta análise, difundiram-se incrivelmente as preocupações ambientalistas e a noção de finitude dos recursos entre os moradores da região, e ocorreram fatos que podem ter alterado a correlação de forças entre os diversos atores, abrindo outras possibilidades.

Nos anos que se seguiram às invasões, a Colônia dos Pescadores passou a contar com uma diretoria mais dinâmica e eficiente, que veio ganhando legitimidade frente às demais instituições locais. Beneficiou-se para tanto do acesso a recursos repassados por agências governamentais, que permitiram a um pequeno corpo de funcionários montar uma infraestrutura mínima que favorece a ação dos dirigentes. Aumentou o número de pescadores associados à entidade e de credenciados para o seguro desemprego. Criou-se assim uma disposição mais favorável às negociações visando o acesso

dos pescadores aos lagos das Reservas. Negociações deste tipo que sempre terminavam em fracasso, têm sido agora acompanhadas por técnicos do IDSME e também por representantes da Prelazia. Trata-se de uma configuração diferente daquela em que se deram as invasões.

Também os técnicos e pesquisadores da equipe do Instituto Mamirauá parecem mais atentos às relações com os moradores da cidade, inclusive aos pescadores residentes no Abial. No mesmo sentido, manifestou-se o bispo da Prelazia de Tefé reconhecendo que a Igreja ficou muito afastada desse segmento da população da cidade, expressou sua disposição de fazer a Igreja mais presente. Talvez, em decorrência mesmo dessa incipiente acumulação de forças, a diretoria da Colônia de pescadores estivesse, quando lá estive em 2005, mais otimista do que antes com relação a um novo acordo de pesca, desta vez sendo firmado com os moradores de uma Reserva vizinha – a RDS Amanã. Não afastavam, todavia, os diretores, a hipótese de virem a pleitear acesso aos lagos mais cobiçados da RDS Mamirauá, nos quais tradicionalmente pescavam. Apesar de persistirem na entidade os problemas estruturais de representatividade, é como se um esforço estivesse sendo feito no sentido de acumular força política para novos embates. A mesma guerra, quem sabe por outros meios.

Referências

- AYRES, J. M. O preço da biodiversidade. *UnB Revista*, Brasília, n. 2, p. 51, abr./maio/jun. 2001.
- AYRES, J. M. *Jornal A Crítica*. Manaus, jan. 2000.
- AYRES, J. M. *As Matas de Várzea do Ma-*

mirauá: Médio Rio Solimões. Tefé: Sociedade Civil Mamirauá, 1993.

BARRETO FILHO, H. T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. *In*: ADAMS, C.; MURRIETA, R. (orgs.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade.** São Paulo: Senac, 2005. p. 109-144.

BROWN, K. Diversidade biológica no Alto Juruá: avaliação, causas e manutenção. *In*: CARNEIRO DA CUNHA, M.; ALMEIDA, M. W. B. (orgs.). **Enciclopédia da floresta: o Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 33-42.

CAMPOS, A. J. T. Movimentos sociais de pescadores amazônicos. *In*: FURTADO, L. G.; LEITÃO, P. W.; MELLO, A. F. (orgs.). **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; PR/MCT/CNPq, 1993. (Coleção Eduardo Galvão). p. 231-242.

CARNEIRO DA CUNHA, M.; ALMEIDA, M. W. B. Indigenous people, traditional people and conservation in the Amazon. *Daedalus*, Cambridge-MA, v. 129, n. 2, 2000.

CARNEIRO DA CUNHA, M.; ALMEIDA, M. W. B. (orgs.). **Enciclopédia da floresta: o Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CARVALHO, A. B. Na proa da canoa: identidade e seguro-desemprego entre pescadores do Amazonas. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

CRESPO, S. O movimento ambientalista brasileiro pós-Rio 92: tendências e perspectivas. *In*: FELDMANN, F. (org.). **Rio + 10: uma década de transformações.** Brasília:

Ministério do Meio Ambiente; Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas; Rio de Janeiro: ISER, 2002.

DE ROBERT, P. Falar e fazer desenvolvimento numa aldeia Kayapó. **Boletim Rede Amazônia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 2002.

DIEGUES, A. C. **Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: NUPAUB-USP, 1993.

ESTERCI, N. Conflitos ambientais e processos classificatórios na Amazônia brasileira. **Boletim Rede Amazônia: diversidade sociocultural e políticas ambientais**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 51-62, 2002.

ESTERCI, N. Populações tradicionais. **Almanaque Brasil socioambiental.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

FERREIRA, L. C. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas do Vale do Ribeira, SP. **Ambiente & Sociedade**, Campinas: NEPAM/UNICAMP, p. 47-88, 2004.

FURTADO, L. G. **Pescadores do Rio Amazonas.** Belém: MCT/CNPq; Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

GEERTZ, C. Form and variation in Balinese village structure. *American Anthropologist*, v. 61, 1959.

GILLINGHAM, S. Um estudo da organização local e uso de recursos naturais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Relatório de Trabalho 2, maio-out. 1999.

GLUCKMAN, M. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. *In*: FELDMANN-BIANCO, B. (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos.** São Paulo: Global Universitária, 1987. p. 237-265.

LEITE LOPES, J. S. (org.). **A ambientaliza-**

- ção dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- LIMA, D. M.; ALENCAR, E. F. A lembrança da história: memória social, ambiente e identidade na várzea do Médio Solimões. *Lusotopie*, 2001.
- LIMA, D. M.; POZZOBON, J. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. In: D'INCAO, M. A.; VIEIRA, I. C. G.; SILVA, J. M. C.; OREN, D. (orgs.). *Diversidade biológica e cultural da Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/MCT, 2001. p. 45-76.
- LIMA-AYRES, D. A implantação de uma unidade de conservação em áreas de várzea: a experiência do Mamirauá. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. (orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/MCT, 1994. p. 403-409.
- LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. (Série Antropologia, n. 322).
- McGRATH, D. *et al.* Manejo comunitário da pesca nos lagos de várzea do Baixo Amazonas. In: FURTADO, L. G.; LEITÃO, P. W.; MELLO, A. F. (orgs.). *Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. p. 213-219.
- MAYBURY-LEWIS, B. Terra e água: identidade camponesa como referência de organização política entre os ribeirinhos do rio Solimões. In: FURTADO, L. G. (org.). *Amazônia, desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida*. 1997. p. 31-69.
- PEREIRA, H. S. *Common property regimes in Amazonian fisheries*. 1997. Tese (Doutorado) – Pennsylvania State University, 1997.
- PRÓ-VÁRZEA/IBAMA. *Estatística pesqueira do Amazonas e Pará – 2002*. Manaus: Ministério do Meio Ambiente, 2005.
- QUEIROZ, H. L. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 54, 2005. Dossiê Amazônia Brasileira II.
- REIS, M. Arengas e piçicas: as reações populares à criação da RDS Mamirauá e ao manejo sustentável e participativo dos recursos naturais. Tefê: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá/MCT, 2005.
- SANTILLI, J. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Peirópolis, 2005.
- SCOTT, J. C. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985.
- SIMMEL, G. *Sociologia*. MORAES FILHO, E. (org.). São Paulo: Ática, 1983.
- SOUZA, P. R. *Relato da reunião extraordinária do setor Aranapu/Barroso: 18 de fevereiro de 2001*. Tefê, AM: IDSMS, 2001. Manuscrito.
- SPÍNOLA, H. B. *O ribeirinho: ontem e hoje na defesa do peixe no Amazonas*. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

Recebido em: 01/08/2026
Aprovado em: 01/08/2026